

OS XAVANTE E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (DA ERA VARGAS AO FINAL DA DITADURA MILITAR): DE SÍMBOLO DA BRASILIDADE A OBSTÁCULO AO PROGRESSO

NATÁLIA ARAÚJO DE OLIVEIRA¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira (da era Vargas até o final da ditadura militar) e seus reflexos para os grupos indígenas que já ocupavam o espaço antes da chegada das frentes de expansão, dando ênfase aos momentos de remoção e também de retorno aos seus territórios e trazendo como caso analisado os Xavante, etnia localizada no Nordeste do Mato Grosso. Para tanto, baseia-se na literatura já produzida e também em pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas com 11 indígenas desta etnia e com um ex-funcionário do SPI. A região aqui analisada tem como marco inicial de políticas de ocupação a Marcha para Oeste, diretriz criada por Vargas que previa a ocupação de “espaços vazios” e que, para se apossar de seus territórios, destacava os Xavante como os autênticos índios brasileiros. Durante a ditadura militar, o governo novamente faz uso de políticas de colonização para aquela região, agora para fomentar a agricultura em grande escala. Nessa conjuntura, embates entre os Xavante e os ruralistas ocorrem e as terras indígenas começam a ser demarcadas, no menor espaço possível.

Palavras-chave: Xavante. Políticas de desenvolvimento. Marcha para o Oeste. Ditadura Militar.

1 Doutora em Sociologia pela UFRGS, Brasil. E-mail: oliveira.natalia@outlook.com.

THE XAVANTE AND DEVELOPMENT POLICIES FOR THE BRAZILIAN LEGAL AMAZON (FROM THE VARGAS ERA TO THE END OF THE MILITARY DICTATORSHIP): FROM A SYMBOL OF BRAZIL TO AN OBSTACLE TO PROGRESS

ABSTRACT

This article aims to discuss the development of policies for the Brazilian Legal Amazon (from the Vargas era to the end of the military dictatorship) and its reflexes for the indigenous groups that already occupied the area before the arrival of the expansion fronts, emphasizing the moments of removal and also of return to their territories and bringing as case analyzed the Xavante, ethnicity located in the Northeast of Mato Grosso. To do so, it is based on the literature already produced and also on qualitative research, with interviews with 11 indigenous of this ethnic group and with a former SPI employee. This region has as initial mark of policies of occupation the March to the West, directive created by Vargas government that intended the occupation of “empty spaces” and, to seize their territories, it emphasized the Xavante as the authentic Brazilian Indians. During the military dictatorship, the government again made use of colonization policies for that region, now to foster large-scale agriculture. On this occasion, conflicts between the Xavante and the ruralists occur and the indigenous lands to begin to be demarcated, in the smallest possible space.

Keywords: Xavante. Development policies. March to West. Military dictatorship.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como intuito discutir as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira² (da era Vargas até o final da ditadura militar) e seus reflexos para os grupos indígenas que já ocupavam o espaço antes da chegada das frentes de expansão, trazendo os Xavante como etnia indígena analisada e dando ênfase aos momentos de remoção e também de retorno aos seus territórios. A fim de realizar o debate, o trabalho baseia-se na literatura já produzida e em entrevistas com os Xavante, que trazem suas perspectivas acerca

2 A região denominada Amazônia Legal Brasileira é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, parte do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins.

das transformações advindas dos processos de remoção e retomada de seus territórios e com um ex-funcionário do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Os Xavante estão localizados na mesorregião Nordeste do Mato Grosso, conhecida como Vale do Araguaia e reduto desses indígenas depois de chegarem ao estado, em 1820. O Vale do Araguaia é formado 25 municípios e tem 177.336,073 km². Sua população é de 276.901 habitantes, de acordo com o Censo de 2010. As cinco cidades mais populosas da região são Barra do Garças (56.560 habitantes), Confresa (25.124 habitantes), Vila Rica (21.382 habitantes), Água Boa (20.856 habitantes) e Nova Xavantina (19.643 habitantes). Sua economia é baseada principalmente nos setores da pecuária extensiva, agricultura e comércio e essa produz 15% da soja do estado de Mato Grosso. Antes do crescimento da produção de soja, a região se destacava pela pecuária de modo extensivo, apresentando em alguns anos o maior rebanho do estado (IBGE, 2010; INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA, 2015). Como será visto ao longo do trabalho, grande parte das terras em que a agropecuária da região é cultivada era território indígena.

Os Xavante ou *A'uwe* (gente), como se autodenominam, é um grupo indígena que pertence a família linguística Jê, do tronco Macro-jê, situados na Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Kuluene, Couto Magalhães, Batovi e Garças, no Nordeste mato-grossense. Dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população Xavante somava 19.259 indivíduos naquele ano, sendo esta a etnia com maior quantidade de indígenas no Mato Grosso e a 9^o etnia mais numerosa do Brasil. Eles estão distribuídos em 10 terras indígenas (TI) em diferentes municípios do estado. Exceto as TIs Chão Preto³ e Ubawawe⁴ que são contíguas

3 Localizada no município de Campinápolis, com 328 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

4 Localizada no município de Novo São Joaquim, com 491 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

a TI Parabubure⁵, as demais terras Xavante são geograficamente descontínuas, sendo essas: Marechal Rondon⁶, Marãiwatsédé⁷, São Marcos⁸, Pimentel Barbosa⁹, Areões¹⁰, Sangradouro/Volta Grande¹¹ e Wedezé¹².

A pesquisa, de cunho qualitativo, foi conduzida com os indígenas que residem na cidade de Nova Xavantina e também com um antigo funcionário do SPI, que trabalhou junto aos Xavante nas décadas de 1950 e 1960. Os indígenas são oriundos das TIs Parabubure, Areões e São Marcos. Foram realizadas 12 entrevistas (semiestruturadas) e a idade dos respondentes indígenas foi de 16 a 90 anos, já o servidor do SPI tem 82 anos. Entre os entrevistados havia dois caciques de aldeias da TI Parabubure¹³.

As políticas tratadas aqui começam com a Marcha para Oeste, projeto nacionalista do presidente Getúlio Vargas que previa a ocupação do interior do Brasil. Era um período anterior a Segunda Guerra Mundial e rumores se espalhavam de que grandes potências mundiais estariam interessadas em “áreas vazias”, como a Amazônia Brasileira. Entretanto, os espaços vazios já estavam ocupados por

5 Localizada nos municípios de Água Boa, Campinápolis e Nova Xavantina, é a TI com maior quantidade de indígenas, 8.392 habitantes no total (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

6 Localizada no município de Paranatinga, com 548 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

7 Localizada nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, com 1.945 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

8 Localizada no município de Barra do Garças, com 3.130 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

9 Localizada nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, com 1.740 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

10 Localizada no município de Água Boa, com 965 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

11 Localizada nos municípios de Novo São Joaquim, General Carneiro e Poxoréo, com 882 habitantes (FUNAI, 2016; IBGE, 2016).

12 Os estudos de identificação da TI Wedezé foram aprovados pela Funai em 23 de dezembro de 2011, sendo necessária ainda a declaração, homologação e regularização da terra. Por este motivo sua população não constou no último Censo.

13 As entrevistas aqui analisadas fazem parte do banco de dados construído para a pesquisa da tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendido em 2017, cujo título é: *História, memória e exclusão: os Xavante e as políticas de desenvolvimento em Nova Xavantina – MT*.

indígenas, como os Xavante. Esta etnia foi alçada a modelo de indígena pelo governo varguista, pois teriam características consideradas essenciais para a criação do modelo de homem brasileiro que o governo almejava, eram fortes, guerreiros e não corrompidos.

Mesmo com essa sedução para tornarem-se símbolos da brasilidade, os Xavante não estavam interessados nos projetos desenvolvimentistas do governo. Porém, acabaram por ver, após certo período, que o contato seria inevitável. E este foi realizado de maneira cordial apenas em 1946, após várias tentativas fracassadas de padres salesianos, grupos de sertanistas e outros que foram mortos pelos indígenas. O interessante desse primeiro contato pacífico é que na cosmologia Xavante, eles amansaram os brancos. Essa “inversão de posições” é refletida na maneira como eles lidam com a sociedade e com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que entendem como uma entidade criada para os servir.

Durante a ditadura militar, novos planos foram traçados para a Amazônia Legal Brasileira, em especial a região Nordeste do Mato Grosso. Era necessário integrar o espaço e torná-lo produtivo, rentável. Para tanto, fazia-se indispensável circundar os Xavante nos menores espaços de terra possíveis, ou mesmo retirá-los de modo forçado de seu território e enviá-los a outras áreas do estado, como será narrado posteriormente.

A partir das políticas de colonização que criaram e desenvolveram o Vale do Araguaia, houve o encontro – ou poder-se-ia dizer o desencontro - com o outro, com o diferente, aquele que não foi alvo das referidas diretrizes, mas que se viu totalmente envolto nas políticas para o desenvolvimento econômico de sua região, isto é, com os indígenas Xavante que já ocupavam a área desde 1820. As terras dos indígenas foram ocupadas, eles foram expulsos, empurrados, colocados em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e enviados para longe, confinados e delimitados em áreas homologadas como terras

indígenas (TI) após muitos anos e somente a partir de uma intensa luta travada contra o poder público e os fazendeiros locais. Viram sua população diminuir e posteriormente voltar a crescer, mesmo com sérios problemas de saúde básica.

Ao mostrar como as vidas dos indígenas foram impactadas pelas políticas nacionais de desenvolvimento para a região Nordeste mato-grossense, este texto procura agregar à discussão sobre o impacto social dos projetos desenvolvimentistas criados para a região da Amazônia Legal Brasileira.

OS XAVANTE CHEGAM AO VALE DO ARAGUAIA

A origem dos Xavante é desconhecida e, segundo relatos orais destes indígenas, o primeiro contato com não índios ocorreu no litoral, região distante do Brasil central onde vivem hoje. Contudo, a primeira referência documental - um mapa desenhado por Francisco Tossi Colombina em 1751-, os situava entre os rios Araguaia e Tocantins, região norte da então capitania de Goiás, hoje estado do Tocantins (GARFIELD, 2011; GRAHAM, 1995). Um dos anciões entrevistados reforça que os Xavante teriam passado pelo litoral antes de migrarem para Goiás:

[...] Pedro de Cabral descobriu lá na aldeia do Rio de Janeiro. Meu avô contou pra mim. Aí ficou branco, não está muito bom não, aí mudou, [...] aí nossa avó saiu, mudou pra lá, lá em cima, no Rio. Aí chegou de novo o branco, aí mudou pra cá, até Jataí (GO). [...] Aí Pedro de Cabral aí descobriu, aí tomou tudo, não tem mais terra, tudo marcado, tudo reserva, tudo pouquinho. Ai até hoje eu escutei, muito, muito, muito, fazendeiro, deputado, tá pedindo pra tirar pra nós, pra jogar nós lá na Amazônia¹⁴.

Segundo Giaccaria (2000) e Ravagnani (1991), desde o período em que habitavam o norte de Goiás, em meados do século XVIII, os

14 Entrevista concedida em agosto de 2015 em Nova Xavantina/MT.

Xavante já eram vistos como indomáveis e bárbaros. Porém, sucessivas expedições militares conseguiram fixá-los em aldeias protegidas por guarnições militares e assim a primeira pacificação deste grupo ocorreu entre 1784 e 1788. Não se conhece ao certo o total que índios que habitou essas aldeias, sabe-se somente que o seu objetivo estava ligado à transformação da política referente aos índios por volta de 1750. Essa data marca o período de decadência da produção aurífera na província de Goyaz e de acordo com as diretrizes governamentais, era necessário reduzir e pacificar os indígenas de maneira a ser possível a navegação na bacia Tocantins-Araguaia para o comércio e a exploração agrícola (RAVAGNANI, 1991). Esses aldeamentos eram verdadeiros presídios indígenas, no qual os nativos ficavam sob escolta militar e submetidos a um rígido regime.

Os Xavante conseguiram fugir dessas prisões e seguiram em direção ao Mato Grosso, todavia, a data certa desse acontecimento não é unânime na literatura já produzida sobre estes indígenas. Maybury-Lewis (1974) fala que foi em 1840 que os Xavante chegaram ao Mato Grosso, Darcy Ribeiro (1996) aponta a data como 1859, Giaccaria e Heide (1984) estabelecem este período entre 1860-1870 e Ravagnani (1991) afirma ser em 1820. O que todos estes autores concordam que o objetivo da migração era fugir do contato com os brancos, o que se tornou inevitável com a integração da região Centro-Oeste à economia nacional durante o governo Vargas. Foi no momento de travessia do rio Araguaia que teria se dado a separação entre os Xavante, que passaram para o outro lado do rio Araguaia, e os Xerente, povo da mesma família é que hoje habita o estado do Tocantins.

Esse novo território ocupado tinha como limite, ao sul, o Rio das Mortes, que os separava dos Bororos, seus inimigos mortais, a leste, o Rio Araguaia, que os deixava longe do mundo “civilizado”, ao nordeste, o Rio Tapirapé e, a oeste, a Serra do Roncador (RIBEIRO, 1962; RAVAGNANI, 1991). Nesta região, praticamente desabitada,

os Xavante conseguiram reestabelecer-se e recomeçar a crescer, readquirindo independência e uma certa tranquilidade (GIACCARIA; HEIDE, 1984).

Após a chegada ao Mato Grosso os Xavante fundaram a aldeia Tsõrepre. Entretanto, posteriormente houve uma cisão nesse grupo e uma facção migrou para a região perto do rio Couto Magalhães (“Lagoa”), duzentos quilômetros a sudoeste; outro grupo migrou para cerca de cem quilômetros ao norte, até a região de Marãiwatsédé. Todos esses grupos conseguiram conviver longe dos não índios por um certo período, mas logo surgiram expedições, como a dos padres salesianos Sagilotti e Fughs, que procuravam esses indígenas a fim de contato, tendo sido mortos a bordunadas em 1934. Cruzes foram erguidas em homenagem aos padres assassinados e estas eram constantemente destruídas pelos Xavante em claro sinal de que não queriam proximidade. No entanto, essa busca ao Xavante logo seria retomada, era o início da chegada do progresso ao leste do Mato Grosso, com a Marcha para o Oeste do governo Vargas, assunto do próximo tópico.

A TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO ARAGUAIA: A MARCHA PARA O OESTE

Até o início da era Vargas, a região do Vale Araguaia era povoada por indígenas, alguns poucos posseiros e garimpeiros que ainda tinham esperança de achar pedras preciosas na região. Com a nova política integracionista criada nesse governo, a região é varrida por uma onda de colonização, baseada nos ideais de integração, progresso e defesa da nação, declarada como vulnerável pelo governo brasileiro por não ser “ocupada” em seu interior. Novas políticas de colonização foram criadas a fim de ocupar esse espaço, seguindo as novas diretrizes nacionais - como a política de migração do presidente

Vargas, que proibia a entrada de imigrantes e incentivava as migrações internas.

Havia rumores de que países mais desenvolvidos teriam intenção de ocupar as áreas inabitadas de diferentes partes do mundo, de maneira a explorá-las para um uso comum, inclusive, documentos oficiais da Fundação Brasil Central (FBC) da época diziam que o barão japonês junto à Sociedade das Nações havia afirmado, em 1937, que os países que tivessem grandes áreas inexploradas, como o Brasil, deveriam cedê-las a outros com maior população e capazes de explorá-las (LIMA FILHO, 1998). Era o estopim para criar um clima de defesa nacional, que culminaria com o envio de brasileiros ao interior do país para não o entregar a um invasor, ou, como diria Cancelli (1984), a um suposto invasor.

Uma das medidas adotadas para enviar migrantes ao interior foi a criação, no ano de 1938, da Marcha para o Oeste. Neste projeto estava contemplada a criação de colônias agrícolas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás que estavam “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas [...]” (BRASIL, 1941). Porém, mais que um projeto para a criação de colônias agrícolas, a Marcha para o Oeste foi uma política de desenvolvimento para o interior, visto que contemplava também abertura de estradas, obras de saneamento rural, construção de hospitais. Era a ideia do progresso começando a adentrar o Oeste “desabitado” do país, a partir de uma política expansionista de integração nacional. A ideia defender a fronteira, ocupar e desenvolver para se fazer presente.

Nesta conjuntura do Estado Novo, a política indigenista do país foi subordinada ao Ministério da Agricultura, por meio do Decreto Lei n 1.736, de 3/11/1939, que acentuava que o problema da proteção aos índios se achava intimamente ligado à questão de colonização e

que se tratava “[...] do ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas”. Essa visão assimilacionista era reforçada por Cândido Rondon, engenheiro do Exército que chefiava a Comissão das Linhas Estratégicas e primeiro diretor do SPI quando o órgão foi criado (1910). Durante o Estado Novo, Rondon foi nomeado chefe do CNPI (Conselho Nacional de Proteção aos Índios), órgão criado para promover a cultura indígena e a política de Estado.

A política indigenista em voga afirmava que o indígena se encontrava em uma fase transitória e que, assim que entrasse em contato “civilização”, imitaria os civilizados e se tornariam um deles a partir do exemplo recebido. Logo, a solução para que essa transição fosse menos danosa para os indígenas, seria cercá-los em pequenos pedaços de terra onde eles teriam o necessário para sustentar-se, mas não como seus modos de vida tradicionais e sim como trabalhadores nacionais – produtores rurais, que era no que queriam transformá-los (LIMA, 2010).

Para a divulgação da Marcha para o Oeste todo o aparato institucional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi usado, com uma infinidade de publicações e programas de rádio incentivando o andamento da Marcha para o Oeste. Como afirma Cancelli (1984), a campanha da Marcha para o Oeste foi uma das mais importantes empreitadas cívicas levadas a cabo pelo Estado. O programa contava com intelectuais, como Cassiano Ricardo - ideólogo do Estado Novo - que comparava essas migrações para o interior como novas bandeiras. Ele escreveu sobre o tema no livro *A marcha para o Oeste* (1942), no qual afirma que a história do Brasil realmente começou com a entrada da primeira bandeira no sertão, cujo fato representou a primeira democracia racial nascida (por existir, segundo ele, negros

e índios nessa) e que a bandeira criou a geografia brasileira e uniu as raças do país, além de ter povoado o território nacional.

Quanto à relação entre a Marcha para o Oeste e o estado de Mato Grosso, Garfield (2011, p. 150) comenta que em 1938, o interventor federal de Mato Grosso, Júlio Muller, proclamara com otimismo: “A Marcha para o Oeste é a nossa salvação”. Esperava-se investimento em diferentes áreas da região, todavia, o que aconteceu foi uma venda desenfreada das terras do estado por esse e pelos próximos governantes. De acordo com Heinst (2003), a terra mato-grossense, ao mesmo tempo em que era usada para atrair pessoas para o estado, com o objetivo de ocupar e povoar, também era instrumento especulativo e comercial, servindo como pagamento por favores políticos ou como presente a amigos.

Cinco anos após sua criação, a Marcha para o Oeste se concretizou com a Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943. A Expedição Roncador-Xingu era a parte prática da Marcha para o Oeste, sendo responsável por abrir picadas e, assim, construir as primeiras estradas da região. Segundo os irmãos Villas Boas (1994), que participaram desta empreitada e foram determinantes na criação do Parque Indígena do Xingu, a Expedição Roncador-Xingu tinha também a atribuição específica de entrar em contato com os índios existentes na região e a Fundação Brasil Central, criada no mesmo ano, tinha a função de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. Deste modo, o primeiro órgão era a vanguarda do segundo.

Com a expansão da fronteira agrícola a partir do projeto Marcha para o Oeste, o contato com os Xavante se fazia imprescindível, o que aconteceu de forma pacífica somente no ano de 1946¹⁵. Antes

15 Esse contato foi organizado pelo grupo do SPI coordenado pelo sertanista Francisco Meireles. Para que este fato ocorresse foi necessário um longo período de envio de presentes aos indígenas, no qual inicialmente eles não tocaram nos presentes, depois de um certo período eles começaram a pegá-los sem deixar nada em troca e, em abril de 1946, um ano após o

disso, os indígenas já haviam massacrado outro grupo enviado pelo SPI, em 1941.

Vale destacar que, na cosmologia Xavante, foram eles que amansaram os brancos, o que se revela importante quando se pensa na maneira como eles lidam com a sociedade envolvente. O sertanista Francisco Meireles, o primeiro a manter contato pacífico com estes indígenas, ao se aproximar do chefe Xavante Apoena, recebeu de presente um colar, que foi colocado em seu pescoço com palavras cuja tradução literal seria: “Amanso-te branco”!. Acerca dessa premissa Xavante de que o contato pacífico se faz a partir da sua iniciativa, um cacique Xavante explicou: “Aqui na Xavantina meu pai amansou branco. Meu pai amansou, por isso eu estou aqui. Eu não quero Campinápolis¹⁶, não quero Água Boa¹⁷, eu estou lutando aqui, meu pai chegou primeiro aqui na Xavantina, amansou branco”. A Xavantina que o indígena se refere é a cidade de Nova Xavantina, um dos municípios criados a partir da Marcha para o Oeste e que recebeu grandes incentivos para a ocupação de suas áreas durante a ditadura militar. Em seu nome, a cidade homenageia os Xavante. Esse foi um dos municípios visitados em 1944 pelo presidente Vargas antes ainda da pacificação dos Xavante.

Apesar do contato pacífico ter sido realizado, enganava-se o governo varguista ao achar que os Xavante estariam dominados. Primeiramente, a diversidade xavante havia sido ignorada, isto é, o contato havia sido realizado com um dos grupos, mas existiam outros espalhados pelo estado que não tinham objetivo de ter proximidade com o branco. Além disso, mesmo esse grupo não aceitaria passivamente

início da retribuição dos presentes alguns homens de Meireles viram os primeiros indígenas que se deixaram mostrar no meio da mata.

16 A cidade de Campinápolis tem 15.386 habitantes (IBGE, 2017) e fica a 87 quilômetros de Nova Xavantina, cidade a qual o cacique Xavante faz referência.

17 A cidade de Água Boa tem 24.501 habitantes (IBGE, 2017) e fica a 86 quilômetros de Nova Xavantina, cidade a qual o cacique Xavante faz referência.

todas as obrigações necessárias para se encaixar no estereótipo do verdadeiro nativo que o governo lhe dava.

Como comenta Garfield (2000), a política varguista colocava esses indígenas como exemplo mais sublime do autêntico brasileiro, visto que esses incorporavam o ideal das elites de uma essência indígena com suas contribuições valorativas para o caráter nacional brasileiro, pois eles seriam valentes, nômades, não corrompidos e amazônicos. Entretanto, o objetivo não era de preservar a cultura Xavante, e sim integrá-lo à sociedade brasileira. Cabe aqui um adendo, pois, como pontua Garfield (2011), mesmo com toda esta glamourização do governo federal quanto aos Xavante, a maioria dos mato-grossenses tinha opiniões muito negativas sobre estes e os demais povos indígenas, sem nada do romantismo paternalista expresso por alguns compatriotas metropolitanos.

Essa idealização do governo quanto aos Xavante era fruto de uma ótica evolucionista que entendia que o indígena alcançaria o status de homem civilizado e trabalhador nacional, dando exemplo aos demais cidadãos brasileiros (GARFIELD, 2011). Além disso, ao destacar o Xavante como indígena autenticamente brasileiro, o governo varguista buscava se apossar de seu território que começava a ser adentrado a partir da Marcha para o Oeste e Expedição Roncador Xingu. Uma vez domesticados, os Xavante serviriam de exemplo como indígenas que contribuiriam à nação.

Davis (1978) afirma que após a pacificação dos Xavante, em 1946, o governo brasileiro prometeu criar reservas indígenas e, por um curto período de tempo, pareceu que esta promessa seria cumprida, tanto que foi promulgado o Decreto Estadual n.º 903, de 28/3/1950, que reservava aos Xavante as terras ocupadas em Barra do Garças (do Posto Indígena Pimentel Barbosa ao Posto Indígena Areões). Todavia, havia a condição de que o SPI inspecionasse a área no prazo de dois anos, o que não aconteceu. Maybury-Lewis (1974) afirma que

antes mesmo deste prazo de dois anos ser concluído, estas áreas já haviam sido vendidos pelo governo do estado. Situação semelhante ocorreu em 1956, quando, por meio do Decreto Estadual nº 948, de 15 de dezembro, a Assembleia Legislativa aprovou a cessão de terras à margem esquerda do Rio das Mortes ao SPI para o usufruto dos Xavante, novamente com a condição de que fossem inspecionados pelo órgão, o que não ocorreu.

As diretrizes para que essas vendas ocorressem foram estabelecidas a partir das políticas desenvolvimentistas executadas pela FBC, presidida, em 1951 por Arquimedes Pereira Lima. Ligado à política mato-grossense e também diretor responsável do jornal *O Estado de Mato Grosso*, ele estabeleceu em sua gestão contratos e acordos conjuntamente com o Estado de Mato Grosso de modo a liberar o mercado de terras e também para frear a criação do Parque Indígena do Xingu, determinando o fechamento de campos de pouso e tentando vender àquele território (MENEZES, 2000).

O primeiro grupo a ter contato pacífico com os não índios era liderado pelo cacique Apoena e seu grupo se beneficiou do posto do SPI em Pimentel Barbosa, uma vez que este lhe fornecia mercadorias e atendimento médico. Já outro grupo Xavante de duzentos índios, liderado por Öribiwe, migrou em 1951 para as proximidades da base da Fundação Brasil Central em Xavantina, procurando por doações, alimentos e assistência médica. Durante os cinco anos seguintes, os índios permaneceram nesse local, recebendo a assistência intermitente do órgão e frequentando a então vila.

Contudo, sua presença constante na vila estava atrapalhando os projetos de desenvolvimento da área e então o SPI foi chamado para agir. Conta um ex-funcionário do órgão:

[os Xavante] iam pra roça dos colonos e usavam até um artifício interessante, eles iam no meio do mandioca, tiravam a mandioca e enterraram a maniva, de forma que o camarada ia lá e via tudo bonito, só que só as raízes.

E quando eles podiam, matavam uma galinha, quando havia possibilidade. Eles faziam isso, entendeu, então eles estavam incomodando. [...] A nossa equipe era pra cuidar desses índios e fazer com que eles fossem retirados de Xavantina, eles estavam incomodando os colonos e a própria cidade, a cidade não, o local, a base. Então a nossa missão era dar assistência a eles, mas levá-los para um lugar onde eles não pudessem retornar com facilidade. Então realmente levamos eles pro Capitariquara, que naquela época ficava distante, abaixo né, eles não tinham como sair¹⁸.

Na versão dos Xavante, a cidade de Nova Xavantina lhes pertence e eles foram removidos daquele espaço durante a invasão do homem branco:

Xavantina, antigamente, nossos avós moravam ali embaixo. Antigamente existia a casa tradicional, aí quando os bandeirantes vieram e fizeram a estrada de Barra pra cá, pra São Felix, encontraram o primeiro habitante Xavante. Então, eles que colocaram o nome de Nova Xavantina. Antigamente não tinha estudo, por isso que não foi reivindicado pra acontecer a demarcação, então antigamente não tinha o estudo dos nossos avós que já tinham vivido aqui nessa região. Se tivesse conhecimento de requerer a demarcação e acontecer a reserva aqui em Nova Xavantina. Ai foi quando chegaram os bandeirantes, Xavante foram expulsos daqui, ai espalharam lá, na região de lá, e assim que foram afastando. E teve a negociação quando Xavante quando teve a intermediação dos padres salesianos, junto com a equipe da Expedição e negociaram com o governo do Estado e com o governo federal pra demarcar fora daqui, foi assim que foram expulsos os Xavante¹⁹.

Como dito pelo ex-funcionário do SPI, para resolver a situação, o SPI fundou em 1956 um posto a 120 quilômetros de Xavantina - Capitariquara - e convenceu Öribiwe e seu grupo a lá se estabelecer. Pouco tempo depois metade do grupo desertou e ficou sob a proteção

18 Entrevista realizada em setembro de 2015 em Nova Xavantina.

19 Entrevista realizada em agosto de 2015 em Nova Xavantina.

de um missionário protestante evangélico norte-americano - Robert Butler, que fundou um assentamento em Areões, no Rio das Mortes. Vários anos antes, quando os Xavante chegaram às imediações de Xavantina, outra facção de 65 índios, liderados por Jorure, separara-se de Öribiwe, mudando-se para missão salesiana fundada em Santa Teresinha (GARFIELD, 2011).

Esse momento de circundar os Xavante em assentamentos, em especial no de Areões é destacado por um dos indígenas entrevistado: “[...] não tem branco, lá não tinha branco. Desce o rio, não tem branco. Aí quando foi sair a estrada até São Felix do Araguaia e botaram a gente lá na aldeia né, lá tem sede nossa, Areões”.

O pastor evangélico da missão de Areões tentou remodelar a vida dos indígenas, que recebiam instruções para construir casas de alvenaria, abandonar as expedições de caça e coleta, envolver-se na agricultura e não ir a Xavantina para não serem corrompidos por seus moradores. Todavia, eles continuaram seminômades, indo a Xavantina e suas disputas internas seguiam de tal maneira que os Xavante de Areões mataram Öribiwe durante uma visita que fez à comunidade em 1958 (GARFIELD, 2011; MAYBURY-LEWIS, 1974).

Já os indígenas aldeados no Posto de Capitariquara foram orientados a trabalhar. A filosofia do SPI naquele momento era de transformar o indígena em agricultor e criador de gado, o que combateria o nomadismo e lhes daria os instrumentos para que se tornassem autossuficientes e integrados à sociedade não indígena. Nessa visão, os memorandos do SPI (apud GARFIELD, 2011, p. 126) da época mandavam o chefe do posto - Walter Velloso, “ensinar os índios a trabalhar”, pois eles precisavam de “hábitos sistemáticos” para que pudessem “tirar vantagem de sua terra”.

Um ex-funcionário do SPI que trabalhou em Capitariquara com Velloso conta como foi quando os Xavante foram levados a Capitariquara e como se deu essa tentativa transformação do Xavante

em trabalhador tradicional: “[...] nós transportamos todos esses índios que estavam aqui para o Capitariquara e ficamos com ele dando assistência [...].nós ensinávamos os índios, lá no Capitariquara, a trabalhar, a valorizar aquilo que pudessem ganhar através do trabalho”²⁰. Porém, os Xavante não se interessavam pelas ordens de Velloso, dormindo no trabalho, quebrando as foices que recebiam para trabalhar, abandonando suas tarefas sempre que o alarme de caça soava (GARFIELD, 2011). Devido as constantes batalhas entre facções Xavante, ambos os locais (Areões²¹ e Capitariquara) foram fechados e os projetos integracionistas ali pensados não foram adiante.

Os Xavante da região de Couto Magalhães e Culuene começaram a ser acudados pelos não índios desde pelo menos 1951, quando se tem notícias de grupos de fazendeiros viajando até Barra do Garças para atacá-los. Até então essa área era habitada por dez diferentes aldeias ainda não contatadas pelo SPI (GARFIELD, 2011). Há relatos de estratégias genocidas contra esses, como invasão armada a suas aldeias²², doação de roupas contaminadas propositalmente (PAULA, 2007; SBARDELLOTTO, 1996) que culminaram com o exílio destes indígenas em 1958 para as missões salesianas de Sangradouro e São Marcos e com a venda do seu território em 1960. Um dessas áreas Xavante é transformada na fazenda Xavantina, uma fazenda de gado com 109.922 hectares, pertencente a dois norte-americanos que eram

20 Entrevista realizada em setembro de 2015 em Nova Xavantina.

21 Areões foi abandonado pelos indígenas e pelo missionário evangélico americano e reaberto no final de 1961, mas agora pelo SPI e não mais como missão e sim como posto de governo (GARFIELD, 2014).

22 O padre salesiano Sbardello (1996, p. 102-3) narra esses ataques e conta como as vítimas chegaram na missão de Sangradouro. Segundo ele, os assassinos “invadem a aldeia, vomitando fogo com suas armas automáticas nos índios, adultos e crianças, homens e mulheres, que acordam sobressaltados, fogem sem rumo, uns ao encontro das balas que os prostram, e os outros para longe delas, levando assim mesmo muitas cravadas em suas carnes [...] e não foi o único assalto, não foram as únicas vítimas, mas repetiram-se emboscadas numa verdadeira sanha genocida; e lá estão no Sangradouro os homens e mulheres com os estigmas indeléveis e até mesmo de consequências deletéricas (sic) em seu corpo, que podem contar os horrores por que passaram [...]”.

donos de onze propriedades entre 1966 e 1968. Em 1969, a fazenda foi vendida para o General Clóvis Ribeiro Cintra, diretor de uma empresa de transportes sediada no Paraná, a Amurada - Planejamento e Projetos de Engenharia Ltda. (GARFIELD, 2014).

Um dos indígenas entrevistado conta sobre esses ataques:

A aldeia Parabubure, fazendeiros atacaram, em 1955, atacaram os Xavante de lá de Parabubure. Então em 1955 [...] o pessoal de Parabubure saiu de lá, por ser atacado por fazendeiros, e foram lá na missão salesiana de Sangradouro. E outra turma [...] foi no colégio São Marcos. [...] nós fomos perseguidos pelos bandeirantes, pelos posseiros, aí nós tivemos que ir para área de Sangradouro e o cacique Pio foi para área de São Marcos e Celestino pra Sangradouro, comigo. [...].²³

Uma liderança Xavante²⁴, também de Parabubure, mas nascida em Sangradouro já após esse período de exílio e retornado junto com sua família após a demarcação do território, explica que seus pais foram “empurrados para Sangradouro e depois voltaram”.

Já o território dos Xavante de Marãiwatsédé foi vendido pelo governo na década de 1960, mesmo os indígenas estando dentro do espaço e ainda sequer “pacificados”. A primeira venda foi realizada ao empresário paulista Ariosto da Riva, que deu ao espaço o nome de Suiá-Missu - em referência a um rio da região. Em 1962 o território foi transferido para a família de empresários paulistas Ometto, cujo objetivo era explorar a pecuária no local. Ainda dentro do território, os Xavante foram usados como mão de obra. Crescentemente acudados dentro de espaços cada vez menores, os conflitos começaram a surgir e, como suposta solução, em 1966, Orlando Ometto, “encomendou” um avião da Força Área Brasileira (FAB) para transferir os indígenas para a Missão Salesiana São Marcos. Dos 263 indígenas levados, 86 morrem

23 Entrevista realizada em julho de 2015.

24 Entrevista realizada em agosto de 2015.

de epidemia de sarampo já nas primeiras semanas (CASALDÁLIGA, 1971; DAVIS, 1978; MENEZES, 1982).

A DITADURA MILITAR E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Um dos primeiros temas abordados assim que os militares tomaram o poder no Brasil era a segurança nacional. Para garanti-la era necessário, segundo os militares, transferir migrantes para a Amazônia brasileira a fim de mostrar aos países vizinhos, assim como aos Estados Unidos e à Europa, que o local possuía dono. De acordo com Ianni (1979), outros fatores reforçavam a ação dos militares na Amazônia, sendo eles a situação do Nordeste - onde havia um solo desgastado pelo uso e, em sua maioria, concentrado nas mãos de poucos proprietários - e a situação pela qual passavam o Sul e o Sudeste, onde havia crescimento da população rural, além da mecanização da agricultura, restringindo o acesso a terra.

Para alcançar a dita segurança, diversas ações foram tomadas, como a criação da Emenda Constitucional n.º. 18, de 1º de janeiro de 1965, que estendeu Amazônia Legal Brasileira incentivos fiscais e favores creditícios. Posteriormente, o governo transformou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e esse novo órgão tinha por objetivo principal elaborar planejamentos quinquenais para valorizar a região, com o intuito de integrá-lo ao país por meio do desenvolvimento de sua economia.

Durante a década de 1970, já no Governo Médici, criou-se o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha por meta implantar projetos de colonização e estender a rede rodoviária nesta região. Em julho de 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Outra medida adotada veio em forma de decreto, sob

o n.º. 59.428 de 27 de outubro de 1966 (BRASIL, 1966), que definia a colonização como uma atividade oficial ou particular para dar acesso à terra e torná-la rentável. Ademais, o mesmo decreto ainda anunciava estímulos às empresas de colonização particular que atuariam na região. Sabe-se que as colonizações particulares se transformaram em um grande negócio econômico, no qual se comprava terra a preço baixo ou a adquiria direto da União (FERNANDEZ, 2007).

Davis e Menget (1981) esclarecem que a ideologia de colonização desse período era sustentada por dois argumentos. O primeiro afirmava que ao povoar o interior a nação poderia ocupar o seu “território predestinado” e se defender de outros países fronteiriços. O segundo que a redistribuição da população poderia por fim ao desequilíbrio econômico e demográfico do país, aproveitando-se os enormes recursos do seu vasto e inexplorado interior. A ação de colonização culminaria na independência política e econômica do Brasil.

Em decorrência dessa política econômica sobre a região habitada pelos Xavante, o nordeste mato-grossense foi uma das regiões brasileiras mais beneficiadas pela política desenvolvimentista adotada no período pós-64 e que assumiu como meta prioritária a rápida ocupação da Amazônia. Dentro desse contexto, houve uma intensiva migração espontânea e o município de Barra do Garças foi um dos que mais se transformou nas décadas de 70 e 80, com um crescimento populacional acelerado que fez com que a área passasse de uma população de 14.081 habitantes, em 1965, para aproximadamente 150.000 em 1978, como consequência direta da política de aplicação de benefícios fiscais. Nessa região, onde predominava a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, iniciou-se a dominação de grandes empresas nacionais e estrangeiras no início da década de 1970. Nesse período a região se transformou numa das maiores produtoras de arroz do país (LOPES DA SILVA, 1998; MENEZES, 1982).

Nesse contexto de grandes incentivos fiscais para a ocupação da Amazônia, Oliveira (2016, p. 283) afirma que os Xavante foram os povos mais atingidos visto que em seus territórios foram estabelecidos a maioria dos projetos agropecuários resultantes destas políticas. Ainda de acordo com o autor: “a abertura de fazendas financiadas e incentivadas pela SUDAM se incumbiu do contato com os nativos e a consequência foi uma sucessão de genocídios e etnocídios”.

Confrontos ocorreram entre indígenas e proprietários de fazendas do entorno e, para solucionar a situação de maneira pacífica, o governo brasileiro entendeu que era o momento de demarcar as terras indígenas Xavante – no menor espaço possível. Entretanto, contra a demarcação de territórios indígenas havia uma grande rede de grilagem que se apossava de seu território e se estendia do centro de poder político e econômico ao campo, por meio de agrimensores que eram encarregados de informar ao SPI sobre ocupação indígena (o que impediria venda do território) e faziam vistas grossas a essa informação. Muitos desses profissionais recebiam propinas, atuavam como agentes imobiliários e se tornavam grandes proprietários de terra (MENEZES, 1982).

Um exemplo claro dessa relação entre os incentivos governamentais recebidos pelas empresas agrícolas e a ocupação dos territórios Xavante pode ser vista a partir do caso da área indígena de Marãiwatsédé, que foi vendida e transformada na primeira fazenda da região – Suiá Missu-, recebendo, de 1966 a 1976, US\$ 30 milhões de incentivos fiscais do governo, sendo considerada a maior fazenda de gado do mundo, com uma extensão de terra entre 500 mil a 800 mil hectares. Seu poder era tão grande junto ao governo federal que foi a partir de sua instalação que a BR 158 (que corta a região), já planejada, fosse retomada e efetivamente construída (ABREU, 2001; CASALDÁLIGA, 1971; DAVIS, 1978; ISA, 2003; MENEZES, 1982).

É neste cenário, de início da criação das reservas Xavante que o Parque Indígena do Xingu é demarcado, em 1961, mesmo que a reunião que daria o pontapé inicial a criação do Parque houvesse sido realizada na década anterior. Era um momento que os órgãos executores das políticas de colonização eram contra a demarcação do Parque, como a Fundação Brasil Central e também o governo de Mato Grosso e que parte do SPI, da FAB e do Museu Nacional se uniu em torno do ideal de salvaguardar áreas às populações autóctones do Xingu a partir das transformações estruturais produzidas naquele espaço pelo estado (MENEZES, 1991).

Em 1965 a primeira área reservada para os Xavante foi criada, a TI Marechal Rondon; em 1969 três novas áreas, localizadas nos rios Couto de Magalhães, Areões e Rio das Mortes (Pimentel Barbosa) foram estabelecidas; em 1972 foram criadas as Reserva do Sangradouro e São Marcos; após intensos conflitos e reivindicações dos Xavante à Funai, em 1976 foi criado o Posto Indígena Culuene; em 1979 a Terra Indígena Parabubure, que reuniu dentro de seus limites os territórios compreendidos do Posto Indígenas Culuene à TI Couto Magalhães, foi criado (DAVIS, 1978; MENEZES, 1982; SILVA, 2013). A TI Wedezé foi demarcada somente em 2011 e, por último, a TI Marãiwatsédé, que foi teve sua demarcação finalizada em 2012, após intensa disputa com fazendeiros e posseiros, que mobilizou toda a região nordeste mato-grossense.

Esses territórios foram delimitados após intensos conflitos com os fazendeiros locais. Um discurso constante, ouvido em especial quando os indígenas começaram a se mobilizar, matando o gado e queimando as casas dos fazendeiros que haviam invadido suas terras, pode ser resumido em uma fala de um fazendeiro de Barra do Garças, que afirmou para o jornal *O Estado de São Paulo* (apud DAVIS, 1978, p. 149) em 1973: “esses índios [...] estão atrasando o desenvolvimento inevitável do Brasil. Não produzem absolutamente nada e criam

conflitos com os pioneiros que querem integrar nosso país e fazer dele o maior exportador de carne do mundo”. Discursos como esses foram veiculados durante a retomada dos territórios durante a década de 70 e continuam a ser apresentados no cenário local, onde o discurso do progresso é ligado à ocupação das terras para produção agropecuária e desconsidera os que têm modelos diferentes de domínio da natureza.

Acerca da *retomada* de Parabubure - como os Xavante chamam o processo de demarcação e retorno ao seu território -, um dos indígenas entrevistados conta:

em 1979 surgiu meu irmão chamado Cacique Celestino, ele pensou a retomada de Parabubure. Falou bem assim: eu vou tomar a minha aldeia, lá está meu pai enterrado, lá está meu avô enterrado. Eu vou retomar novamente. E ele retomou. Até 1981 foi decretado, homologado já, essa terra indígena Parabubure, dado que o povo da Fazenda Xavantina foi mandado embora.

Sobre esse momento de luta pela demarcação da TI Parabubure²⁵, o indígena entrevistado acima conta que:

[...] a fazenda [Xavantina] pareceu que não aguentou a pressão deles e tudo, a Funai entrou no meio também, falou bem assim: até 1981 vocês tem que esvaziar essa terra. Tanto que pra provar, eles pegaram pilão de socar milho e as balas também, cartuchos de bala, pra provar que lá foram atacados, os índios Xavante de Parabubure. Esse cartucho, levaram a Brasília, o pilão também, provou, então a terra é do índio, está aqui a prova e aí que foi o trabalho da Funai junto com o governo federal, na época do governo militar, foi no governo João Batista Figueiredo. Hoje é terra indígena Parabubure.

Na década de 1970, encorajados pelo início de demarcação de seu território, os Xavante começaram a cada vez mais lutar e, para tanto,

25 Para ler mais sobre a demarcação da TI Parabubure, consultar: GARFIELD, Seth. Onde a terra toca o céu: a luta dos índios Xavante por terra, 1951-1979. In: COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A.; WELCH, James R. (Orgs.). *Antropologia e história Xavante em perspectiva*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2014, p. 39- 66.

usaram de diferentes meios. Em 1970, membros das comunidades de Areões saquearam alimentos, baterias, ferramentas e cavalos de uma fazenda vizinha. Porém, aliado a essas táticas de invasão, começaram a viajar para Brasília a fim de fazer política na capital. Preocupados cada vez mais em aprender o português, eles se utilizaram das armas dos brancos para alcançar seus objetivos. Como comenta Maybury-Lewis (1990, p. 12):

Nos anos setenta, ouvíamos os ecos de suas batalhas [dos Xavante] para proteger suas terras e particularmente da luta feroz que os Xavante mantinham contra os fazendeiros invasores. Eles não eram mais os guerreiros nus que tínhamos conhecido. Ainda eram guerreiros, mas eram agora suficientemente experientes para saber que não podiam simplesmente lutar e vencer, e suficientemente sofisticados para saber como apoiar seus objetivos fazendo política na capital do país.

Os Xavante passaram a se utilizar dos muitos mecanismos de pressão existentes na sociedade brasileira, revelando originalidade nas suas formas de reivindicação, indo assiduamente Brasília para pressionar os funcionários do governo. Eles haviam descoberto que podiam lutar, fosse com ataques às fazendas na região ou com política. Assim, a partir de várias formas de mobilização política – tais como apelos, ações extralegais e violência simulada, eles forçavam o regime autoritário a modificar seus projetos de desenvolvimento. Eles enfeitavam seus discursos, seus corpos, com os símbolos da tradição indígena que o governo Vargas tanto apreciava, e iam a capital confrontar os governantes, invertendo a peregrinação e encontrado o “verdadeiro sentido da brasilidade”, como Vargas havia dito, agora na Marcha para o Leste (GARFIELD, 2011).

Um dos expoentes da presença e da luta Xavante no ambiente político nacional foi Mário Juruna, único deputado federal indígena eleito até hoje. Sempre andando com seu gravador por não acreditar

nas promessas das lideranças brancas, em especial às ligadas à Funai, ele foi eleito pelo PDT do Rio de Janeiro em 1982. Juruna é apenas um dos muitos Xavante que frequentaram a Funai nos anos 1970 e 80 para pressionar o governo por suas demandas, em especial pela retomada de seus territórios. Hoje ele é lembrado entre os Xavante por sua representatividade no cenário nacional, por mais que se reconheça que seu português era ruim, que ele não estudou ou que não conseguiu trazer benefícios às comunidades Xavante, ainda é almejada sua notabilidade no cenário nacional, em especial quando se pensa acerca do que os Xavante querem para seus filhos:

eu quero que eles [filhos] estudem pra que algum deles um dia, não que seja eles, os meus netos também, pra que tenha, em um livro Xavante, alguma autoridade que tenha um estudo maior, um estudo superior, para alcançar alguma coisa, por que, em um caso, está estudando pra que, eu quero ser advogado, eu quero ser engenheiro agrônomo, eu quero ser médico, eu quero ser dentista, então tem que estudar pra que futuramente, nós Xavante, tenhamos, no meio de nós, algum que tenha, entre nós, representantes, como deputado, senador, vereador, deputado federal, estadual, como nós já tivemos um deputado federal, que é Mário Juruna. Ele não era estudado, inteligência ele tinha, não falava bem português, mas ele tinha visão boa para atacar os brancos, dentro da administração deles²⁶.

A alegria pela retomada de suas terras foi acompanhada da preocupação com a devastação causada pelos empreendimentos agropecuários instalados em seus territórios antes da devolução destes, como desmatamento, diminuição de peixes, frutos etc. Sobre o assunto, o ancião Xavante contou como foi o impacto pós-retomada:

Eu estou muito triste, pensando muito, contou minha avó. Cadê nossa terra? Acabou. Não tem mais nada, derrubaram tudo, cadê a caça, cadê o peixe? Rio das Mortes, antigamente, a tarde, pulando muito peixe, agora, cadê? Acabou. O branco é assim mesmo. Lá no Rio do

26 Entrevista concedida em setembro de 2015 em Nova Xavantina.

Couto, ixi, tinha bastante peixe. Lá embaixo tem muito fazendeiro, ai acabou peixe também. Secou, do Couto, do Rio. Branco é assim mesmo, branco não pensa para nós. Só está pensando: eu sou brasileiro. Não é não, não é brasileiro, é estrangeiro.

Por fim, depois de retornados aos seus territórios (ainda que não em suas integralidades), os Xavante foram alvo de desdobramentos das políticas desenvolvimentistas, mas agora criados e executados pela Funai, como o Projeto Xavante. Este vem atrelado à mudança ocorrida na administração da Funai no começo da década de 1970, quando o General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello assume o órgão e anuncia que a política indigenista seria conduzida dentro do quadro do Plano de Integração Nacional, o que significa que os indígenas deveriam integrados à sociedade envolvente de maneira a se tornarem produtores de bens (DAVIS, 1978).

Nesse panorama surgiu o Plano de Desenvolvimento para a Nação Xavante, mais conhecido como Projeto Xavante, elaborado em 1978 e que tinha como objetivo oficialmente declarado dar autossuficiência financeira aos indígenas por meio da produção de excedentes comercializáveis, tornando as terras indígenas “produtivas” e “rentáveis” com o uso de uma tecnologia moderna. O programa oficial também falava em proporcionar atenção à saúde, à educação formal e a uma autonomia financeira que dispensaria o governo de provê-los. Entretanto, o que se dizia nos escritórios da Funai era que o propósito era reduzir a pressão que esses indígenas faziam no órgão, imaginando-se que sua presença iria diminuir nos gabinetes de Brasília, além de enfraquecer a militância indígena, acalmar os fazendeiros e ampliar a legitimidade do regime militar (GARFIELD, 2011; MENEZES, 1982).

Longe de chegar perto dos objetivos listados, o projeto foi extremamente problemático. Sua implementação requeria pessoas com conhecimentos e habilidades tecnológicas, além de perícia

administrativa e investimento financeiro, o que não foi disponibilizado. Os resultados foram a intensificação de tensões e competições no interior e entre comunidades Xavante, além de terem contribuído para o desequilíbrio do modo de vida tradicional alimentar. A dieta dos indígenas, antes baseada em tubérculos, caça e frutas, foi muitas vezes substituída por apenas um prato de arroz, contribuindo para o aumento da diabetes e de outras doenças. Fora que ocorreu um aumento considerável nos índices de alcoolismo em diferentes TIs (GIACCARIA, 2000; GRAHAM, 2008; MAYBURY-LEWIS, 1990; LOPES DA SILVA, 1998). Segundo Garfield (2011), com o projeto Xavante a dinâmica social indígena foi modificada de modo que membros da comunidade Areões ficavam perambulando pelas cidades, ociosos e, muitas vezes, bêbados.

No intuito de conseguir bens para o projeto, os líderes estabeleceram novas comunidades a todo o momento e, assim, tornaram-se figuras mais frequentes ainda nos escritórios de Brasília da Funai, buscando atenção e recursos. Deste modo, o resultado do projeto foi bem ao contrário do almejado, com um aumento significativo de dependência do governo federal, abandono e falta de assistência. Em 1988 a Funai já não conseguia controlar a situação e os projetos foram suspensos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas nacionais de desenvolvimento estabelecidas para a ocupação do Centro-Oeste brasileiro tinham por objetivo se apropriar de espaços que consideravam vazios, mesmo que esses fossem povoados por indígenas de várias etnias, como os Xavante, que já estavam estabelecidos no Mato Grosso desde 1820.

A Marcha para Oeste, primeira dessas políticas a atingir diretamente o Nordeste mato-grossense, levou migrantes à região com o objetivo de abrir estradas, construir escolas, hospitais etc., contudo, antes que o progresso alardeado por essas frentes de expansão chegasse, seria necessário contatar os indígenas já estabelecidos no espaço e estes deveriam ser contatados da maneira mais pacífica possível. Naquele momento – década de 1940 – prosperava no indigenismo nacional a perspectiva rondoniana do indígena como modelo nacional, que deveria ser protegido para não ser extinto e que deveria ser agregado ao todo brasileiro, doando suas virtudes para a construção da identidade nacional.

Diretamente afetados por essa política, os Xavante, que tinham fama de ferozes e haviam negado qualquer investida de contato anterior, não estavam interessados em serem os índios modelos que o Estado Novo propunha e não achavam justo entregar seus territórios em nome da nação. Todavia, após várias tentativas, o contato pacífico se fez em 1946. Na década de 1950 ocorre uma venda desenfreada de seu território, organizada pelo governo do Estado de Mato Grosso, que não compactuava de qualquer romantismo para com os indígenas e usava de todos os meios – inclusive com ajuda dos que trabalhavam nos órgãos que deveriam protegê-los – para lucrar com suas terras.

Os Xavante começam então a ser removidos de seus territórios, sendo usadas diferentes estratégias para tanto – como sua transferência em avião da FAB, ataques genocidas com roupas

contaminadas, ou ainda expulsos a tiros de balas. Cerceados em posto indígenas ou missionários, tem seus *modus vivendi* alterados tanto pelas políticas religiosas quanto pelas diretrizes estabelecidas pelas políticas indigenistas naquele momento – de que o indígena deveria ser transformado em trabalhador nacional.

Durante a ditadura militar as áreas Xavante novamente são inseridas nas políticas desenvolvimentista criadas para a Amazônia Legal Brasileira. Incentivos fiscais são engendrados, projetos de colonização são criados e a ocupação das terras da região é estimulada para que o Nordeste mato-grossense se torne uma fronteira agrícola.

Cada vez mais acuados, os Xavante aprendem novas formas de fazer pressão e tornam-se frequentadores de Brasília, fazendo política na capital do país para retornarem a suas terras sagradas. É neste contexto que conseguem demarcar suas terras indígenas e começam a fazer seus caminhos de volta, contudo, já não possuem a mesma autonomia que antes e agora são inseridos nas políticas indigenistas da Funai, que, para integrá-los à economia regional e transformá-los em força de trabalho, estipulam projetos de agricultura para que eles se tornem rizicultores, o que traz inúmeros malefícios aos indígenas envolvidos.

Por fim, as temporalidades apresentadas neste artigo mostram como as políticas de desenvolvimento afetaram grupos indígenas localizadas nas fronteiras agrícolas brasileiras. Tanto a Marcha para o Oeste e seus desdobramentos (Fundação Brasil Central, Expedição Roncador Xingu) quanto os projetos empreendidos durante a ditadura entendiam que os indígenas deveriam ser integrados à sociedade envolvente – alguns de maneira mais radical – como durante a ditadura, outros de maneira mais romântica – transformando-os em modelo e exemplo a ser seguido – como no projeto varguista. Ambas as políticas tinham como objetivo final ter a posse dos territórios indígenas, que seriam transformados em áreas rentáveis para a

produção agrícola nacional. Para tanto, os Xavante tiveram que ser removidos de seus territórios. Contudo, a observação sistemática do *fazer política* do homem branco, aprendida ao longo de vários anos de contato, mostrou-se importante para que os caminhos de *retomada* pudessem ser construídos.

A análise dessas políticas deixa claro que o estado, ao criar diretrizes nacionais para povoar, tornar produtivas e rentáveis áreas já habitadas por indígenas, não leva em consideração suas lógicas materiais, seus modos de vida e sua relação para com seus espaços sagrados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. *Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328f. Tese (Doutorado em Geografia) - - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

BRASIL. *Decreto n.º. 59.428 de 27 de outubro de 1966*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

BRASIL. *Decreto-lei n.º. 1.736 de 03 de novembro de 1939*. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CANCELLI, Elizabeth. *Estratégia para o flagelo*. Campinas. 1984. 118f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1984.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Mato Grosso: [s.n.], 1971.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. MENGET, Patrick. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: JUNQUEIRA, Carmem; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). *Antropologia e indigenismo na América latina*. São Paulo: Cortez, 1981, p. 37-65.

FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. J. C. *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. 2007. 262f. Tese (Desenvolvimento

Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Terras indígenas*. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: UNESP. 2011.

_____. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-42, 2000.

_____. Onde a terra toca o céu: A luta dos índios Xavante por terra, 1951-1979. In: COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A.; WELCH, James R. (Orgs.). *Antropologia e história Xavante em perspectiva*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2014, p. 39- 66.

GIACCARIA, Bartolomeu. *Xavante ano 2000: reflexões pedagógicas e antropológicas*. Campo Grande: ECDB, 2000.

_____. HEIDE, Adalberto. *Xavante: povo autêntico: pesquisa histórico-etnográfica*. 2.ed. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1984.

GRAHAM, Laura. *Xavante*. 2008. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org.pt/povo/Xavante/print>>. Acesso em: 13 jan. 2010

HEINST, Andréia de Cássia. *Pioneiros do século XX: memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'oeste*. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2003.

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo, 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. *Índigenas do Brasil*. [S.I.], 2016a. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA, 2015. 1ª Estimativa da Safra de Soja – 2015/16. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R404__1a_Estimativa_de_safra_de_Soja_2015-16_Jun_15.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Histórico de ocupação do entorno do Xingu*. 2003. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a “organizados”? In: SOUSA, Cássio Noronha Inglês de et. al. (Org.). *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Brasília: Paralelo 15, 2010, p. 15-50.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Pioneiros da Marcha para o Oeste: memória e identidade na Fronteira do Médio Araguaia*. 1998. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1998.

LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história Xavante: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 357-378.

MAYBURY-LEWIS, David. *A sociedade xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves ed., 1974.

_____. *O selvagem e o inocente*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MENEZES, Cláudia. Os Xavante e o movimento de fronteira no leste mato-grossense. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 25, 1982, p. 63-87.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: UNICAMP, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PAULA, Luís Roberto de. *Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial Xavante*. 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. Araraquara: UNESP, 1991.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Política Indigenista Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social de política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, vol. 1.

SBARDELLOTTO, Pe. Pedro. Sugestões para criação de reservas para os índios Xavante do Pe. Pedro Sbardellotto. In: CHOVELON, Pe. Hipólito; FERNANDES, Me. Francisco; _____. *Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas Reservas*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1996.

SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e. *Auwe xavante: dos primeiros contatos ao confinamento territorial*. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Brasília (UNB), Brasília, 2013.

VILLAS BOAS, Cláudio; VILLAS BOAS, Orlando. *A Marcha para o Oeste*. 5 ed. São Paulo: Globo, 1994.